



Getúlio Hanashiro: "Recursos são suficientes para assegurar um atendimento de primeira linha"

Cooperativa vai pagar mais a médicos

Se depender do critério de produtividade fixado pela Secretaria Municipal da Saúde, os médicos inscritos nas cooperativas do PAS vão ganhar mais que seus colegas que atendem a convênios médicos e seguros-saúde. Na regulamentação feita pela Secretaria da Saúde, foram fixados valores para pagamento por produtividade dos profissionais de níveis médio e superior.

O valor de referência será a recém-criada Unidade PAS (UPAS), cuja base preliminar de cálculo foi fixada em dez vezes o valor da tabela SUS (Sistema Único de Saúde), que orienta o pagamento do governo ao atendimento público prestado em todo o País.

Assim, enquanto o SUS paga ao médico R\$ 2,04 por consulta e a tabela da Associação Médica Bra-

sileira (AMB), que fixa em R\$ 16,00 o valor mínimo, é adotada como teto pela maioria das empresas de medicina de grupo e seguros-saúde, as cooperativas vão pagar R\$ 20,4 por paciente atendido em ambulatório. Um médico plantonista da rede municipal recebe hoje R\$ 1.280,00 enquanto o diarista com jornada de 20 horas semanais ganha R\$ 1.080,00.

Médicos e funcionários terão, ainda, uma remuneração fixa mensal que será calculada com base na média dos salários de níveis superior e médio de cada região administrada

pelas cooperativas. Os médicos devem atender 4 pacientes por hora e 16 no período — as consultas terão a duração média de 15 minutos, como recomenda a AMB, segundo a assessoria de Hanashiro.

EQUIPAMENTO
SERÁ CEDIDO
NUM TIPO DE
COMODATO

Equipamentos — As cooperativas vão receber unidades bem estruturadas, segundo o secretário da Saúde. Elas serão responsáveis pela guarda e manutenção dos equipamentos e darão cobertura a danos na estrutura física das unidades. "É uma espécie de comodato, uma cessão de uso sem cobrança", explicou. A compra de equipamentos de maior complexidade como tomografia computadorizada continuará sendo atribuição da Prefeitura. A cooperativa terá liberdade para gerir as sobras do dinheiro repassado mensalmente para comprar equipamentos de menor complexidade como máquinas de raios X. Nos casos clínicos complexos e não atendidos pela rede municipal, como cirurgia cardíaca, Aids e transplante de órgãos, os doentes serão encaminhados aos hospitais estaduais de referência. "Nesse caso, a conta será paga pelo SUS, como ocorre hoje", disse Hanashiro. (S.G.)